



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2026 (Do Sr Capitão Alden)

Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública acerca da execução do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), especialmente quanto aos recursos destinados e às ações implementadas no Estado da Bahia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministro da Justiça e Segurança Pública as seguintes informações:

1. Qual o montante total de recursos financeiros destinados, no âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), ao Estado da Bahia, discriminados por ano, desde a criação do programa?
2. Quais foram as fontes desses recursos (Fundo Nacional de Segurança Pública, convênios, transferências voluntárias, entre outros)?
3. Quais ações, projetos ou iniciativas concretas foram implementadas no Estado da Bahia com recursos do Pró-Vida, detalhando:
 - a) objetivos das ações;
 - b) órgãos executores;
 - c) público beneficiado;
 - d) valores aplicados em cada ação;
 - e) período de execução.
4. Existe avaliação de impacto ou indicadores de resultado das ações do Pró-Vida na Bahia? Em caso positivo, encaminhar os relatórios e dados disponíveis.
5. O Estado da Bahia aderiu formalmente à Rede Pró-Vida? Em caso afirmativo, quais estruturas de governança e coordenação foram instituídas no âmbito estadual?
6. Há previsão de novos repasses ou ampliação de ações do Pró-Vida na Bahia para os próximos exercícios? Em caso positivo, detalhar valores estimados e planejamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) foi instituído pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com fundamento na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que estabelece a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

A referida legislação prevê, como diretriz estruturante, a valorização dos profissionais de segurança pública, incluindo ações voltadas à promoção da saúde, à prevenção de riscos ocupacionais e ao fortalecimento das condições de trabalho. Nesse contexto, o Pró-Vida se apresenta como política pública estratégica, voltada à implementação de ações integradas de atenção biopsicossocial, prevenção ao adoecimento e redução da letalidade e vitimização desses profissionais.

Dados oficiais do próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública indicam que os profissionais da área de segurança pública estão submetidos a elevados níveis de estresse ocupacional, exposição contínua a situações de risco e vulnerabilidade à saúde mental, o que demanda políticas públicas estruturadas e permanentes de apoio institucional.

Adicionalmente, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), regulamentado pela Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, tem destinado recursos significativos aos entes federativos, incluindo verbas vinculadas a ações de valorização profissional e qualidade de vida. Todavia, apesar da existência desses instrumentos legais e financeiros, ainda há carência de transparência quanto à execução específica das ações do Pró-Vida nos estados, especialmente no que se refere à destinação dos recursos, à implementação concreta das políticas e aos resultados alcançados.

No caso do Estado da Bahia, unidade federativa que enfrenta elevados índices de criminalidade violenta e intensa demanda operacional sobre seus agentes de segurança pública, torna-se ainda mais relevante compreender como tais recursos estão sendo aplicados e quais iniciativas efetivas vêm sendo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

desenvolvidas para garantir a proteção, valorização e melhores condições de trabalho aos profissionais da área.

A ausência de informações detalhadas sobre a execução do Pró-Vida no estado compromete o adequado exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, bem como dificulta a avaliação da efetividade das políticas públicas implementadas.

Dessa forma, o presente Requerimento de Informação busca assegurar maior transparência, subsidiar o controle parlamentar e contribuir para o aperfeiçoamento das ações voltadas à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, garantindo que os recursos públicos destinados a essa finalidade estejam sendo devidamente aplicados e revertidos em benefícios concretos à categoria.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **Capitão Alden**

